

**ENTRE CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE:
As categorias gramscianas para entender o que une e
distingue fascismo e novo autoritarismo**

**BETWEEN CONTINUITY AND DISCONTINUITY:
Gramscian categories to understand what unites and distinguishes fascism and new
authoritarianism**

**ENTRE CONTINUIDAD Y DISCONTINUIDAD:
Categorías Gramscianas para entender lo que une y distingue al fascismo y al nuevo
autoritarismo**

Gianni Fresu¹

RESUMO

Um dos erros mais comuns nas avaliações sobre o fenômeno fascista, que não nos ajuda a entender a diferença entre esse movimento e outras manifestações (anteriores ou sucessivas) da tradição autoritária e conservadora, consiste em reduzir a sua essência ao uso monopolista, sistematicamente organizado, da força e dos aparatos repressivos. A característica mais moderna do projeto autoritário do fascismo está na capacidade de abrir novas trincheiras para a tarefa de controlar as massas. Portanto, a habilidade de exercer também domínio e direção, novamente, falando com categorias gramscianas força + consenso, ou crocianamente: política + ética. Aqui, em nosso modo de ver, encontramos uma das maiores heranças da idade do fascismo no mundo de hoje, numa realidade marcada pela onipresença dos meios de comunicação de massa e dos novos veículos de difusão das informações e da desinformação, ainda mais invasivos dos tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Domínio. Hegemonia. Conflito social

ABSTRACT

One of the most common errors in evaluations of the fascist phenomenon, which does not help us to understand the difference between this movement and other (previous or successive) manifestations of the authoritarian and conservative tradition, consists in reducing its essence to the monopolistic, systematically organised use of force and repressive apparatuses. The most modern feature of the authoritarian project of fascism lies in the ability to open new trenches for the task of controlling the masses. Therefore, the ability to exercise also domination and direction, again, speaking with Gramscian categories force + consensus, or Crociani: politics + ethics. Here, in our way of seeing, we find one of the greatest legacies of the age of fascism in today's world, in a reality marked by the omnipresence of the mass media and of the new vehicles for the diffusion of information and disinformation, even more invasive than the traditional ones.

KEYWORDS: Domination. Hegemony. Social conflict

RESUMÉN

Uno de los errores más comunes en las evaluaciones del fenómeno fascista, que no ayuda a comprender la diferencia entre este movimiento y otras manifestaciones (anteriores o sucesivas) de la tradición autoritaria y conservadora, consiste en reducir su esencia al uso monopolístico y sistemáticamente organizado de la fuerza y de los aparatos represivos. El rasgo más moderno del proyecto autoritario del fascismo reside en la capacidad de abrir nuevas trincheras para la tarea de controlar a las masas. Por lo tanto, la capacidad de ejercer también la dominación y la dirección, de nuevo, hablando con las categorías gramscianas fuerza + consenso, o

¹ Professor efetivo do Magistério Superior de Filosofia Política dos cursos de graduação e pós-graduação, em Filosofia, do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (MG/Brasil). Presidente da International Gramsci Society-Brasil (IGS-BR). ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9453-1854>

crociamente: política + ética. Aquí, a nuestro modo de ver, encontramos uno de los mayores legados de la era del fascismo en el mundo actual, en una realidad marcada por la omnipresencia de los medios de comunicación de masas y de los nuevos vehículos de difusión de información y desinformación, aún más invasivos que los tradicionales.

PALABRAS CLAVE: Dominación. Hegemonía. Conflicto social

INTRODUÇÃO

Desde 2008 estamos vivendo uma crise orgânica mundial, que não atinge apenas estruturalmente as formas de produção, acumulação e distribuição da riqueza, mas a própria hegemonia das classes dirigentes e das ideologias tradicionais. Com a crise da relação de representação dos sistemas parlamentares clássicos, portanto, das próprias regras liberal-democráticas, determinou-se a emergência de novas pulsões antidemocráticas e o crescimento de forças de inspiração autoritária em nível internacional, que suscitaram o interesse científico e político em torno do paradigma do fascismo. Isso porque esse quadro de crise estrutural tem pontos em comum com o mundo depois da Primeira Guerra Mundial, marcado pela radicalização reacionária de significativos estratos sociais, particularmente entre as classes médias, e a polarização do conflito político-social que favoreceu a ascensão do fascismo.

Diante de tudo isso, para um estudioso que pretenda compreender a realidade, é prioritário mergulhar cuidadosamente sua investigação na concretude de cada situação histórica abordada, a partir das condições que determinaram seu surgimento, suas funções sociais, suas características ideológicas. Isso vale também para qualquer projeto autoritário ou conservador, diante dos quais o erro analítico maior consiste em homogeneizar tudo e sintetizar as conclusões com a mesma linearidade de uma equação matemática. Nesse sentido, utilizar a categoria do fascismo como chave universal para definir qualquer processo de involução autoritária não ajuda a entender nem o velho nem o novo, isso não significa que esteja errado falar de um problema fascista hoje. Muito pelo contrário, importantes raízes ideológicas do fascismo podem ser vislumbradas nas novas contradições do mundo contemporâneo, gerando uma realidade inédita onde as misturas entre velho e novo produzem fenômenos bizarros, estranhos, mas não por isso potencialmente menos reacionários que o próprio fascismo. Nada se entende simplificando uma realidade cheia de contradições e complexa por natureza como a atual, porquanto, sem dúvida, no autoritarismo de hoje encontramos significativos pontos em comum com aspectos não secundários da ideologia do fascismo.

O fascismo é provavelmente um dos temas políticos que, na história contemporânea do pensamento ocidental, produziu a maior quantidade de estudos. Uma enorme produção com diferentes abordagens e muitas implicações interdisciplinares. Na Ciência Política, na Historiografia, na Sociologia e na Filosofia Política ele tem produzido múltiplos cânones interpretativos, caracterizados por concentrar a atenção sobre este ou aquele elemento – histórico, econômico, social, cultural, organizativo, psicológico ou moral – constitutivo ou predominante do fenômeno do fascismo. Apesar dessa riqueza analítica, não é difícil

encontrar leituras que, sem abordar as múltiplas contradições que o geraram, limitam-se a retirar essa ideologia e seu movimento correspondente do terreno real da história, reduzindo-a quase a problema psicológico, à objetivação político-coletiva da “banalidade do mal” (cf. ARENDT, 2017). Mas o fascismo não foi um parêntese irracional, ou apenas um método, nem o fruto de uma psicose que derrubou as defesas morais da civilidade europeia, surgida fora do seu corpo social e da sua cultura. O fascismo é um movimento social e uma ideologia original historicamente determinada, fruto de específicas condições sociais e culturais, funcionais aos interesses de determinadas exigências históricas.

Assim, a crise italiana no pós-guerra que conduziu ao fascismo não foi apenas econômica, mas “crise de hegemonia” de suas classes dirigentes e ideologias tradicionais, no entanto, a desintegração dos antigos equilíbrios teve múltiplas causas: 1) a afirmação da política de massas, portanto, a irrupção das classes populares mobilizadas no conflito e agora ansiosas por assumir um papel social inédito; 2) a crise da pequena e média burguesia que, depois de ter perdido historicamente sua função produtiva, foi primeiro a espinha dorsal da reorganização bélica do país, só para depois se ver novamente rebaixada com o fim da guerra; 3) os limites do socialismo italiano, inerte, carente de uma estratégia capaz de sintetizar as demandas da classe operária com as reivindicações do campesinato e paralisado por uma dialética interna lacerante.

Esta contradição entre a decadência da ordem liberal e a incapacidade das forças imputáveis ao socialismo é efetivamente sintetizada por uma expressão eficaz e conhecida de Antonio Gramsci: “o velho morre e o novo não pode nascer” (GRAMSCI, 1975, p. 311). Quando isso acontece, na obscuridade das trevas emergem os monstros das involuções autoritárias e experimenta-se a saída da crise por meio dos chefes carismáticos e a simplificação da luta social e política por meio da força e da violência militar.

ENTENDER A COMPLEXIDADE DO REAL

Ter uma ideia clara da formação filosófica de Gramsci é importante para entender dois aspectos centrais de seu pensamento: primeiro, a função não meramente secundária ou subordinada da chamada dimensão superestrutural, portanto a importância das questões hegemônicas em uma sociedade moderna e desenvolvida; segundo, a análise crítica da contradição instrumental entre trabalho espiritual (funções dirigentes) e trabalho material (funções subordinadas) à qual a distinção entre governantes e governados corresponde.

O denominador comum desses dois eixos conceituais encontra-se na rejeição sistemática das abordagens deterministas do socialismo positivista, portanto, a convicção de que a política de fato nem sempre é imediatamente reconduzível, em todos os aspectos, ao desenvolvimento da estrutura como um reflexo mecânico da mesma². Ao explicar o «Bergsonismo» inicial de

² “A dupla crítica ao materialismo (Bucharin) e à posição especulativa do idealismo (Croce) traça a trajetória da recuperação da lição de Antonio Labriola e de uma nova leitura da obra de Marx. É aqui que a crítica de Croce

Gramsci, embora partindo de posições abertamente marxistas, Prestipino enfatizou como o jovem intelectual sardo foi formado em um clima cultural no qual a reação à ideologia científica acabara por dominar até mesmo o marxismo, transmitido através dos cânones mecanicistas do determinismo da Segunda Internacional. A rejeição do complexo de certezas progressivas típicas do positivismo “assumiu as características de uma tradução vitalista do cientificismo (por exemplo Bergson) e de uma retradução idealista do marxismo (especialmente em Croce, segundo a interpretação proposta pelo próprio Gramsci)” (PRESTIPINO, 1994, p. 90).

Daí a originalidade da abordagem gramsciana do marxismo no panorama do socialismo italiano que, em contraste com as simplificações estruturalistas, resgatou o tema marxista da complexa relação entre forças produtivas e relações sociais.

Nova em Gramsci, acima de tudo, era a convicção de que as relações sociais não esgotavam o domínio das formas em que as forças produtivas se desenvolvem, e que se deveria prestar igual ou maior atenção ao mundo ético-institucional, em particular às formas “do Estado, que é o corpo vivo e plástico da sociedade”, como escreveu em “L’Ordine nuovo” (PRESTIPINO, 1994, p. 91).

Essa originalidade também se manifesta no modo de interpretar o fascismo sem nunca subestimar os novos elementos que esta ideologia trouxe consigo, inovando e desenvolvendo a força operativa da revolução passiva na história da Itália em uma nova e diferente época, como a marcada pela chamada “política de massa” (cf. RAPONE, 2020, p. 73-94). Dentro desta atenção, os estudos em torno do trabalho e da função de Benedetto Croce assumem uma centralidade crescente nas reflexões gramscianas (cf. LOSURDO, 1997, p. 17-18).

Segundo Eugenio Garin, quando se trata de Gramsci e Croce, pode-se traçar um paralelo entre os destinos de duas personalidades em cuja produção teórica é possível traçar os sinais profundos de um dos períodos mais dramáticos da história da Itália. Como é sabido, na formação intelectual e nos escritos de Gramsci até 1920 este paralelo é evidente, se não explícito. Foi, contudo, nos anos de sua prisão que Gramsci conduziu seus estudos mais rigorosos sobre Croce, na convicção de que esclarecer suas sombras e aprimorar suas aquisições mais progressistas seria decisivo no quadro da Itália pós-fascista, certamente não a partir das grandes conquistas revolucionárias do socialismo. Como os testemunhos de Athos Lisa e Giovanni Cerasa deixaram claro (cf. FIORI, 1977, p. VII-XVI), Gramsci não só foi um crítico implacável das simplificações atribuíveis ao paradigma social-fascista³, como nunca

assume um contorno definido, com a rejeição da doutrina das categorias e a negação da interpretação tardia de Marx como um filósofo do ‘deus oculto’ da estrutura econômica. É aqui que emergem as duas categorias-chaves da reflexão de Gramsci, estreitamente ligadas uma à outra: o bloco histórico (que será abandonado nas notas seguintes) e a tradutibilidade da linguagem científica e filosófica” (cf. MUSTÈ, 2020, p. 301).

³ Gramsci viveu outro grande tormento político, não compartilhando da mudança impressa no movimento comunista internacional entre 1928 e 1930, uma angústia que se tornou ainda mais dura em virtude do isolamento em que se viu entre os próprios presos comunistas. As orientações emanadas do X Pleno e do VI Congresso da

compartilhou o otimismo mecanicista daqueles que consideravam iminente o declínio do fascismo e a aurora do socialismo⁴.

Pelo contrário, Gramsci prefigurou uma transição democrática, dentro da qual os comunistas teriam que assumir um papel complexo visando a conquista hegemônica, para cuja prefiguração era necessário aderir plasticamente às peculiaridades da formação social específica italiana com a ambição de compreender e superar suas mais altas manifestações culturais, entre as quais Gramsci colocou acima de tudo a produção da tradição filosófica de Croce. Como esclarecido nas famosas notas do *Caderno 7*, “a tarefa era essencialmente nacional, ou seja, exigia um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e fortaleza” (GRAMSCI, 1975, p. 866). Nessa investigação, “a discussão com Croce é a discussão com a ideologia que os marxistas enfrentarão no período de transição após a crise do Fascismo” (GARIN, 1997, p. 111). Neste desafio, que permeia e insinua cada página dos *Cadernos do cárcere*, há uma tentativa de focalizar a função dos intelectuais na história da Itália e, dentro dela, a função central da filosofia de Benedetto Croce:

[era importante] analisar criticamente a obra de Croce indicada como a mais relevante na cultura italiana antes do fascismo e destinada, muito provavelmente, a oferecer os quadros intelectuais à Itália pós-fascista, se, como pensava Gramsci, a crise do fascismo não fosse a revolução socialista, mas um recuo da frente de luta na linha das liberdades destruídas pelo fascismo. É realmente provável que seja precisamente esta previsão lúcida do futuro que está na raiz da dupla linha de desenvolvimento da investigação de Gramsci: por um lado, as críticas estreitas às posições de Croce, apresentadas como mistificações sistemáticas e interessadas da filosofia da práxis; por outro, a necessidade de chegar a um acordo com a filosofia

Internacional, que levaram à afirmação da teoria sobre o social-fascismo, provocaram uma profunda crise no grupo dirigente do PCd'I, com o próprio Togliatti acusado de “ambiguidade” pela linha política submetida a profundas revisões, e também por seu relacionamento anterior com Tasca. Uma crise marcada por clamorosas expulsões (Pietro Tresso, Paolo Ravazzoli, Mario Bavassano, Francesco Leonetti, Angelo Tasca, Ignazio Silone), por duras polêmicas e violentas acusações, num contexto geral de enfraquecimento da organização clandestina, agora quase completamente desbaratada no interior do país. Numa carta dirigida ao grupo dirigente do PCd'I, Umberto Terracini manifestou sua crítica contra as expulsões e a revisão da linha política, dando início a uma divergência que se arrastaria por doze anos, até o seu banimento no período do desterro em Ventotene. Nessa carta, o futuro presidente da Assembleia Constituinte, além de exprimir suas reservas quanto aos procedimentos disciplinares, direcionava críticas precisas às teses do “social-fascismo”, acusando, com a devida razão, a liderança da organização de ter assumido as posições anteriormente expressas por Amadeo Bordiga sobre a equivalência entre fascismo e democracia. Precisamente nessa carta, objeto de diversas análises e estudos, Terracini esclareceu as posições manifestadas por Gramsci e Scoccimaro nas discussões do coletivo na prisão de Regina Coeli. Segundo o secretário-geral encarcerado, com a queda do fascismo, seria preciso passar por uma fase democrática, com a criação de uma Assembleia Constituinte republicana, exatamente quando, primeiro a Internacional, depois o Partido italiano, passaram a condenar essa posição como “desvio oportunista”. Inúmeros testemunhos, entre eles o de Athos Lisa, confirmaram a adoção da palavra de ordem da Assembleia Constituinte e a exigência de uma ofensiva unitária dos comunistas junto aos outros partidos antifascistas por parte de Gramsci: a exortação a “não ter medo de fazer política” e a abandonar os resquícios de mentalidade maximalista. O não alinhamento de Gramsci às novas posições da Internacional e do Partido foi motivo de grandes desacordos no grupo dos detentos de Turim. Esses desacordos levaram ao isolamento do sardo, amargamente constrangido a se fechar em si mesmo, no silêncio e no estudo (cf. SPRIANO, 1969, p. 286).

⁴ Sobre este tema ver o interessante GAGLIARDI, 2019, p. 103-131.

de Croce, mas para um ajuste de contas, fora de qualquer álibi, e da forma mais ampla e minuciosa possível (GARIN, 1997, p. 124).

A esse respeito, Frosini (2019, p. 33) escreveu que a mesma posição revisionista assumida no final do século XIX por Croce, e preservada, embora com formas renovadas no novo século, assumiu para Gramsci uma função política precisa (ainda plenamente operativa durante o fascismo) de absoluta importância para a dinâmica de absorção transformista essencial para qualquer “revolução-restauração” e modernização passiva. O anticomunismo, em essência, teria empurrado Croce para o fascismo, concebido como uma forma de revolução passiva renovada correspondente ao novo marco histórico, uma barragem de contenção contra o perigo bolchevique e uma garantia dos velhos equilíbrios sociais passivos.

Entretanto, como aponta Cingari (2019, p. 91) em seu denso e profundo volume sobre Benedetto Croce, recentemente publicado, nos *Cadernos Gramsci* identifica no filósofo idealista a mais alta forma de cultura que teve que ser “molecularmente” esvaziada de sua capacidade de direção, substituindo uma nova hegemonia, a filosofia da práxis, pela antiga, de modo a possibilitar uma reforma intelectual e moral radical e, portanto, a substituição de um social por outro. Gramsci, em suma, sente a necessidade de “desenvolver os elementos imanentistas e historicistas de Croce, superando as contradições ao resultado ‘idealista’, movido pela necessidade de remover a centralidade à questão social, em suma, colocando o problema de uma mudança que iria além da esfera das classes dominantes”.

FASCISMO E MODERNIDADE

Um dos erros mais comuns nas avaliações sobre o fenômeno fascista, que não nos ajuda a entender a diferença entre esse movimento e outras manifestações (anteriores ou sucessivas) da tradição autoritária e conservadora, consiste em reduzir a sua essência ao uso monopolista, sistematicamente organizado, da força e dos aparatos repressivos. É preciso considerar nesse sentido que nas sociedades avançadas do mundo ocidental contemporâneo, cada “bloco histórico” nunca pode basear o seu poder apenas sobre o exercício (porquanto eficiente) do domínio. Do mesmo modo, as mais autoritárias viradas políticas necessitam reconstruir um novo aparato hegemônico e, portanto, exercitar a arte do consenso fundindo domínio e hegemonia.

Nesse sentido, o fascismo italiano foi uma forma sofisticada de poder autoritário em comparação com os velhos regimes reacionários, dada a sua constante busca pelo consenso popular e o uso hábil da demagogia. A característica mais moderna do projeto autoritário do fascismo está na capacidade de abrir novas trincheiras para a tarefa de controlar as massas. Portanto, a habilidade de exercer também domínio e direção, novamente, falando com categorias gramscianas força + consenso, ou *crocianamente*: política + ética. Aqui, em nosso modo de ver, encontramos uma das maiores heranças da idade do fascismo no mundo de

hoje, numa realidade marcada pela onipresença dos meios de comunicação de massa e dos novos veículos de difusão das informações e da desinformação, ainda mais invasivos dos tradicionais. A importância dos organismos encarregados de formar a opinião pública, especialmente acerca do debate atual sobre o chamado “gabinete do ódio”, representa um dos mais importantes desafios da política que nos explica porque é fundamental estudar Gramsci hoje.

Dentro desse paradigma, o novo homem fascista não era um indivíduo que se tornou consciente por si mesmo, dono do próprio destino, mas o cidadão-soldado, que esvazia a própria individualidade para deixar-se absorver integralmente na comunidade nacional (cf. GENTILE, 2008, p. 148). Por isso o regime centralizou as funções da educação com a reforma escolar realizada pelo filósofo fascista Giovanni Gentile. E organizou estruturas como os “filhos das lobas” e os jovens *balilla* para crianças e meninos, grupos de universitários fascistas, os “*littoriali della cultura*”, a obra do pós-trabalho⁵ fascista e muitas outras articulações de massa, além do próprio sistema corporativo entre capital e trabalho, com a tarefa de garantir sempre uma participação passiva na vida política e cultural do regime.

Eis uma diferença fundamental: se as ditaduras tradicionais e defensivas visam a despolitização da sociedade civil, o fascismo torna política também a dimensão privada. Pessoalmente, nos parece que o novo autoritarismo, que (nas ruas como nas redes sociais) incita a mobilização cotidiana da sua base para uma permanente guerra cultural e social contra os inimigos da pátria, retomou essa postura fundamentalista de politização integral da vida civil característica do fascismo. Evidentemente, paralelamente a essa continuidade, todavia, ocorre uma importante descontinuidade: a falta, nos movimentos de hoje, de um partido centralizado e militarizado que, constituía o alicerce fundamental do fascismo.

Outro ponto de continuidade encontra-se no fato de que o fascismo afirmou a necessidade de restaurar a ordem social e os velhos valores da sociedade italiana (religião, família, pátria), mas nunca se apresentou como um movimento conservador, pelo contrário, definiu a sua tomada do poder como uma revolução. O fascismo sempre definiu o seu horizonte ideológico no anticonformismo, pondo-se como negação radical da “velha política”, uma ruptura não apenas com o universo democrático e socialista, mas também com as velhas classes dirigentes liberais. Essa necessidade de apresentar a restauração da velha ordem como uma revolução contra todo o velho mundo decadente e corrupto caracteriza tanto o irracionalismo fascista quanto o radicalismo antidemocrático do autoritarismo de hoje.

⁵ O pós-trabalho se caracterizava por estruturas de participação de massa organizadas pelo regime fascista em que se arremetava e mobilizava o povo fora do horário do trabalho.

O fascismo é uma forma nova e complexa de regime autoritário, típica de uma fase histórica marcada pela política de massa, por isso ele se impõe a tarefa de envolver o povo em todas as manifestações de existência e autorrepresentação do regime, organizando todos os aspectos da vida individual em função do interesse nacional. O fascismo investiu grandiosos recursos para desenvolver uma indústria autônoma do cinema nacional, capaz de difundir valores culturais independentes do padrão da outra grande indústria cultural mundial, a dos Estados Unidos. Assim foram criados os grandes estúdios “Cinecittà” em Roma e a Mostra Internacional do Cinema de Veneza, lançando os fundamentos de uma grande tradição que encontrou a sua fase de maior sucesso e desenvolvimento depois da Segunda Guerra Mundial. O aspecto mais moderno do fascismo é exatamente a utilização dos instrumentos da comunicação de massa, cinema, rádio, jornais, artes figurativas, para construir o consenso e o mito da invencibilidade do *Duce*. Para isso é constituído o Ministério da Cultura Popular, Imprensa e Propaganda, que será a inspiração fundamental para o regime nacional-socialista de Hitler e em particular do seu propagandista oficial Goebbels. Mussolini utilizou todos os modernos instrumentos de comunicação – favorecido pelo controle exclusivo da imprensa, do cinema e da rádio –, até suscitar um estado de participação popular nas campanhas de governo.

Segundo Emilio Gentile (2008, p. 137), o movimento de Mussolini surge das contradições da moderna sociedade de massa e procura um caminho próprio para os problemas da dialética entre massa e Estado, indivíduo e sociedade. Um caminho experimentado no interior das estruturas da sociedade burguesa, segundo a sua lógica e política autoritária. Tudo isso é sintetizado em dois pontos: 1. O fascismo foi o primeiro partido-milícia que conquistou o poder numa democracia liberal europeia, com a tarefa declarada de destruí-la, e que se pôs como objetivo explícito e prático a afirmação do primado da política sobre todos os aspectos da vida individual e coletiva, por meio da resolução do privado no público; 2. O fascismo foi também o primeiro movimento político do século XX que levou o pensamento mítico ao poder, consagrando-o como forma superior de expressão política das massas e fundamento moral da sua organização, institucionalizando-o nas crenças, nos rituais e nos símbolos de uma religião política.

FASCISMO E COMUNISMO “IRMÃOS GÊMEOS DA MESMA DEGENERACÃO”

O fascismo representa um grande buraco negro da história europeia, muitas vezes apresentado como fenômeno esquisito, alheio à tradição das suas classes dirigentes e à mesma ideia de civilização ocidental. Ao invés de estudar as responsabilidades endógenas do colapso liberal diante da barbárie fascista, porque é sempre preciso lembrar que a afirmação fascismo contou com a cumplicidade e o apoio direto dos liberais italianos, muitos observadores tendem a considerar essa tragédia apenas uma consequência do fanatismo totalitário bolchevique, sem investigar as graves responsabilidades das velhas classes

dirigentes europeias, nem, ainda antes, os elos do universo ideal do fascismo com a tradição do colonialismo e do seu legado ideológico autoritário e racista de dominação absoluta de uma civilidade (a ocidental) sobre as outras.

Essa ausência se encontra, por exemplo, nas fundamentais reflexões de Isaiah Berlin sobre a liberdade. O importante filósofo liberal escreveu que os grandes movimentos políticos de libertação do século XIX, apesar das muitas diferenças e da acirrada dialética entre eles, tinham um mínimo denominador comum: a convicção de que tanto os problemas individuais quanto aqueles sociais podiam ser resolvidos por meio do triunfo da inteligência, então dos instrumentos morais e intelectuais, sobre a ignorância e a maldade. Pelo contrário, segundo Berlin (2005, p. 62), tanto o comunismo quanto o fascismo seriam acomunados por aderir à concepção negativa do homem considerado como uma criatura livre dentro de determinadas condições e limitações externas, incapaz de afirmar-se apenas com as suas forças, que, portanto, precisa buscar a sua salvação nas grandes estruturas coletivas: Estado, Igreja, partido, sindicato. Por quanto cada movimento tem os seus precursores e as suas origens, segundo Berlin, seria um erro considerar o comunismo e o fascismo como simples manifestações mais intransigentes e violentas de uma crise anterior, ou como momento culminante de uma luta já perfeitamente localizável no passado.

A rígida divisão entre marcos cronológicos geralmente está em contradição com a história das ideias, e, nesse sentido, o curso irresistível do devir do século XIX parecia desembocar e fluir com continuidade orgânica no XX. Todavia, na passagem de um século para o outro tanto as perguntas quanto as respostas aos problemas fundamentais da sociedade mudaram profundamente, impondo uma radicalização das soluções políticas.

Embora o marxismo pareça radicalmente alternativo ao reformismo liberal, segundo Berlin, podemos encontrar uma tese central comum às duas visões do mundo: a ideia da perfectibilidade humana e a possibilidade de criar uma sociedade harmoniosa com meios naturais, a convicção acerca da natureza não contraditória e, pelo contrário, complementar entre as exigências da liberdade e aquelas da igualdade. Embora, segundo o marxismo, a ação do pensamento seja afetada pelos condicionamentos sociais, essa doutrina segue apelando ao primado da razão em continuidade com uma longa tradição que foi do iluminismo à filosofia liberal (cf. *idem*). Dentro dessa linha de continuidade orgânica, todavia, Berlin localiza a fratura não apenas temporal, mas geográfica, em razão da qual o comunismo oriental se colocaria fora da moderna ideia de civilização ocidental, tendo a responsabilidade de ter trazido nela o fanatismo ideológico que depois foi assumido pelo fascismo. Nesse sentido, Segundo Berlin, Lenin, enquanto homem oriental, teria eliminado até a ideia transitória da ditadura do proletariado do velho marxismo, legitimando a perspectiva permanente e sistemática do despotismo estatal socialista. De acordo com Berlin, Lenin pretendia o poder ilimitado de um pequeno grupo de revolucionários profissionais, porque ele achava os métodos democráticos (a persuasão política em torno da maior racionalidade dos argumentos)

inadequados para a mudança radical da sociedade. Porquanto a origem de seu pensamento seria reconduzível às vertentes mais radicais do racionalismo iluminista, que já teorizaram a ideia do governo pelo alto e achavam necessário atribuir aos iluminados a tutela forçada das maiorias atingidas pela superstição e a irracionalidade, Lenin compartilhava com os reacionários irracionalistas uma visão antropológica negativa do homem.

Nesse sentido, segundo a tese de Berlin, Lenin seria mais próximo de Hobbes, De Maistre, Maurras, Nietzsche e Pareto, do que dos pensadores do iluminismo. Em conclusão, o comunismo oriental acabaria por sofrer a influência do pensamento tradicionalista de direita tendo pontos de contato importantes com a filosofia de Henri Bergson. Todavia, utilizando esse quadro conceitual de Berlin, como definir a visão do homem imanente aos governos ocidentais (em boa medida liberais) que, até a segunda metade do século XX, nunca reconheceram o direito à autodeterminação dos povos coloniais? A brutal defesa do regime colonial na Índia, na Indochina, no continente africano, na América Latina, não seria fruto de uma ideia antropológicamente negativa que acaba considerando esses povos subjetividades menores, inábeis à titularidade das liberdades ocidentais?

O FASCISMO E A HERANÇA DA TRADIÇÃO COLONIAL

O meu mestre Domenico Losurdo dedicou muitos estudos ao pensamento liberal. Como ele sublinhou várias vezes, seu trabalho de investigação crítica não pretendia desconhecer os méritos e os pontos de força dessa grande tradição filosófica, mas escolher o terreno real da história, superando as múltiplas remoções e transfigurações que caracterizaram algumas narrativas apologéticas. Nesse sentido, ele muitas vezes utilizou uma chave de leitura: “o sofisma de Talmon” (cf. LOSURDO, 2005). Talmon era um estudioso do segundo pós-guerra que condenou a democracia totalitária (que estaria presente em linha de continuidade de Rousseau a Stalin) contrapondo-lhe a tradição liberal que jamais recorreu à coerção e à violência. Característica desse “sofisma” seria a tendência a comparar o socialismo histórico não com os fatos reais do mundo que esse movimento queria superar, mas com as grandes declarações de princípios da tradição liberal. Da mesma forma, no terreno da filosofia política, quando os teóricos do liberalismo tratam de Marx, cada discurso desemboca fatalmente na avaliação dos horrores do comunismo, enquanto, quando falam de John Locke, Constant e Bentham eles descrevem apenas os grandes valores ideais das suas teorias, nunca falam das guerras, da escravidão, do domínio colonial, da exploração e da miséria de massa da maioria da população mundial que marcam a história da civilização burguesa.

Contrariamente à essa narrativa, escreveu Losurdo no livro *Contra-história do liberalismo* (2005, p. 80-87), as três nações consideradas o berço da civilidade liberal (Inglaterra, Holanda e EUA) foram protagonistas da mais criminosa obra de opressão da liberdade individual e de extermínio da história da humanidade: o comércio de escravos. O exemplo histórico mais brutal e integral de desumanização e genocídio que o Ocidente impôs ao resto

do mundo não aconteceu apesar do liberalismo, mas contando com o apoio sincero dos grandes nomes da intelectualidade liberal: Smith, Calhoun, Lieber, Fletcher e o próprio Locke (dono de escravos e acionista da *Royal African Company*). Os próprios grandes pais da chamada “pátria da liberdade” Washington, Madison e Jefferson (todos donos de escravos) foram também responsáveis pelo primeiro antecedente histórico da solução final imposta às seis nações de nativos americanos pelo Congresso dos EUA.

Não casualmente, Hitler utilizou o exemplo da conquista do Oeste para legitimar a sua ideia de espaço vital, e se inspirou exatamente na epopeia do “*far West*” quando imaginou reservar aos povos do leste europeu a mesma sorte das tribos de nativos exterminadas pelos colonos norte-americanos. O paradoxo maior do liberalismo, sublinhou Losurdo, é que a escravidão não foi um fenômeno que sobreviveu como rastro do passado apesar das três grandes revoluções liberais, pelo contrário, essa prática desumana encontrou a sua máxima expansão exatamente depois dessas grandes viradas históricas que, por um lado, afirmaram a universal dignidade humana, mas, por outro, limitaram esse atributo só aos povos europeus. A ocupação colonial e o direito à expropriação das terras dos povos não civilizados, incapazes de frutificar as suas riquezas no sentido da civilização europeia, encontraram várias formas de legitimação na filosofia da liberdade, inclusive por obra do pai do liberalismo, John Locke.

John Stuart Mill, considerado por Berlin o maior defensor da liberdade individual na história, afirmava que a doutrina da liberdade era “destinada à aplicação somente em seres humanos já amadurecidos em suas faculdades” (MILL, 2019, p. 22), condição na qual segundo ele não cabiam nem os menores de idade, nem os povos coloniais subdesenvolvidos, sobre os quais também a tirania era admitida: “O despotismo é um modo legítimo de governo para lidar com bárbaros, desde que o fim seja o aprimoramento e os meios se justifiquem para se alcançar realmente esse fim” (idem).

Um dos conceitos-chave do colonialismo, que se desenvolveu na idade áurea do liberalismo, é o do direito à expansão, que considera lícito dominar e explorar civilidades “inferiores” ou “primitivas”. O racismo e a científica desumanização dos “não civilizados” são imanentes ao colonialismo, que se serviu das teorias sobre a existência de uma hierarquia da humanidade para legitimar o sistema criminoso de dominação dos ocidentais sobre os povos coloniais. Todavia, a longa história do colonialismo, a academia onde o Ocidente experimentou tanto a ideologia quanto a prática da dominação absoluta de uma civilidade sobre as outras, é totalmente omitida nas principais interpretações liberais do fascismo.

Segundo o maior filósofo idealista italiano, Benedetto Croce, o fascismo é uma fratura na linha de continuidade da civilidade europeia. Da mesma forma, o movimento de Mussolini não seria o produto de uma só classe social, a burguesia, nem se afirmou pela sustentação de uma classe específica, mas é o resultado da perda de consciência e da profunda crise moral provocada pela guerra. Croce recusava a tese segundo a qual o grande industrialismo teria

promovido o movimento de Mussolini. Para ele, pelo contrário, a burguesia industrial foi a classe que mais sofreu com o totalitarismo econômico e, na realidade, entre as camadas do capitalismo bancário e industrial, o consenso em relação ao fascismo era muito limitado⁶. Neste sentido o fascismo seria apenas uma doença repentina no interior de um organismo íntegro, a sociedade burguesa.

A crise moral não foi simplesmente um fato italiano, mas uma característica da maior parte dos países envolvidos na guerra mundial. O fascismo correspondia a um rebaixamento na consciência de liberdade depois do conflito. No contexto da história italiana, isso parecia a Croce um “parêntese” no processo de expansão do liberalismo oriundo da tradição do *Risorgimento*. A leitura de Croce tinha duas evidentes tarefas políticas: absolver o liberalismo italiano das graves responsabilidades na falta de oposição ao fascismo no momento do seu nascimento; favorecer a sua volta ao poder depois da queda do Mussolini.

Esta concepção conheceu também uma variante alemã no livro *A catástrofe da Alemanha*, de Friedrich Meinecke (1948). Ele interpretou o fascismo e o nacional-socialismo como um afastamento da linha evolutiva dos países europeus, uma crise moral provocada por dois fatores conjuntos: a mobilização das massas populares e a mudança na técnica e nos estilos de vida produzidos pela Segunda Revolução Industrial. Entre as ilusões do Iluminismo e da Revolução Francesa ficaria então “o germe da grande doença” que teria debilitado moralmente – particularmente depois da industrialização e do advento da sociedade de massa – os povos europeus, gerando uma equivocada aspiração à felicidade (potência, riqueza e avidez de ganho). Para satisfazê-la eles estiveram dispostos a sacrificar a liberdade e submeter-se à disciplina e à obediência militar. A guerra teria facilitado a explosão desta crise (já em curso) numa orgia de irracionalidade, na qual grande parte dos valores morais da Europa foram deixados de lado em favor do desejo da vitória e de potência.

O ressentimento pela derrota e o espírito de resgate da dignidade diante das injustas condições impostas pelo Tratado de Versalhes, a crise econômica e o que ela produziu, tornaram frágeis todos os equilíbrios da sociedade, favorecendo, especialmente nas jovens gerações, os impulsos mais irracionais e niilistas em função da nova ética do egoísmo nacional. Neste delírio, cada exagero encontrava justificação se virtualmente capaz de aumentar a potência da nação e a riqueza da comunidade.

Segundo Ernst Nolte (1971, p. 15), a investigação sobre o fascismo teria que aprofundar as questões filosóficas para buscar entender a sua essência fundamental, deixando de fora os elementos secundários ou folclóricos do fenômeno. Para o máximo representante do revisionismo histórico europeu, o fascismo nasce sim no seio da sociedade liberal, mas não

⁶ “É ingênuo querer buscar as raízes nos superficiais e mecânicos conceitos das classes econômicas e das suas antinomias. Precisamos descer muito mais fundo, nos cérebros dos homens, e aí descobrir o mal, e só nessa dimensão tentar a cura na esperança de sair saudáveis” (CROCE, 1963, p. 50).

pode existir sem o desafio ao bolchevismo e ao marxismo em geral. A vitória da Revolução de Outubro e o nascimento de um forte movimento comunista organizado em nível internacional consistiriam juntos o elemento central sem o qual não é possível falar do fascismo. Portanto, a Revolução de 1917 seria o evento fundamental, o verdadeiro responsável pelo nascimento do fascismo, movimento surgido em defesa do Estado e da ordem social ameaçada pela subversão. Por sua vez, a Primeira Guerra Mundial seria a chave para compreender a afirmação seja do comunismo seja do fascismo. O antimarxismo e a luta política seriam um apêndice do conflito bélico que, entre 1914 e 1918, dividiu a Europa em duas frentes, os nacionalistas e as forças consideradas antinacionais. As manifestações de fanatismo, o espírito patriótico, o entusiasmo pela a guerra, o ódio total perante o inimigo, que antecipam e seguem o início do conflito, são os motivos ideológicos e sentimentais essenciais do nascimento deste movimento.

Em todas essas leituras, que inevitavelmente acabam interpretando o fascismo e o comunismo como irmãos gêmeos do mesmo totalitarismo, o movimento de Mussolini seria o fruto do fanatismo ideológico desencadeado pela guerra e pela Revolução de outubro. Totalmente omitida é a conexão entre a natural propensão colonialista do capitalismo e as heranças ideológicas da mentalidade imperial nos fermentos radicais do nacionalismo que favoreceram o surgimento do fascismo. Limitar o estudo sobre as raízes do fascismo ao período entre 1914 e 1945 corresponde exatamente a essa necessidade ideológica. Pelo contrário, para compreender o fenômeno fascista (além da tradição colonial) é necessário enquadrá-lo historicamente e filosoficamente, pois sem considerar as profundas mudanças que marcam a economia, a organização social e a política internacional entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, torna-se difícil expor racionalmente o que este movimento tem representado. Rosa Luxemburgo, que completa cento e cinquenta anos de nascimento, entendeu perfeitamente a natureza e a profundidade das contradições que marcaram a chamada “idade do imperialismo”, compreendendo antecipadamente as perspectivas autoritárias do seu devir; o primeiro conflito mundial não era um simples furacão destinado a ser suplantado pelo céu azul e o sol da paz e da harmonia universal, pelo contrário, era apenas a madrugada de uma fase histórica caracterizada pelas formas mais profundas e desumanas de violência, brutalidade e dominação fruto do desenvolvimento da civilização ocidental.

A guerra [escreveu] representa uma guinada para o mundo. É uma ilusão imaginar que precisamos apenas sobreviver, como um coelho esperando o fim da tempestade debaixo de um arbusto para, em seguida, recair alegremente na velha rotina (LUXEMBURGO, 2011, p. 21).

As profundas transformações do capitalismo mundial na idade do imperialismo tem duas consequências fundamentais para o quadro que leva ao nascimento do fascismo: 1) o processo de concentração e centralização dos capitais acaba por destruir a função econômico-produtiva da pequena e média burguesia (a base social do fascismo), que, como escreve depois Gramsci, torna-se essencialmente uma classe política, especializada na intermediação,

com características parasitárias; 2) o conflito permanente, para o controle mundial das áreas coloniais sob a influência das nações imperialistas, torna a potência militar sempre mais o instrumento fundamental do enfrentamento político ao nível internacional e a guerra mesma uma exigência vital funcional à evolução social e ao progresso nacional. Esse segundo elemento é central no desenvolvimento do nacionalismo antes e depois da primeira guerra mundial, porque fornece a ferramenta ideológica que determina alguns assuntos essenciais do fascismo.

Como escreveu Angelo Tasca, o fascismo tornado regime eliminou a ideia da participação ativa do povo na política, já que depois de 1926 não se limita a substituir um sistema político, mas simplesmente cancela a vida política até transformá-la em “função e monopólio de Estado”. À participação se substitui com a razão de Estado, a técnica do treinamento, o enquadramento para a mobilização militar, as reuniões, os desfiles (cf. TASCA, 1972, p. 565). A transfiguração coreográfica do povo representa a supressão da própria ideia da nação, que na concepção ideal do século XIX não podia ser separada da ideia de povo livre. Esta ideologia absorve e suprime o conteúdo democrático e jacobino do conceito de nação, assim como transfigura algumas categorias da tradição socialista, substituindo a teoria do conflito de classes (proletariado x burguesia) pelo conflito de nações (nações proletárias x nações plutocráticas).

A orientação para a autarquia e a guerra é o triunfo natural desta mudança e o elemento mais novo da sua ideologia é que a guerra não é mais um meio, mas um fim em si, para o qual é necessário mudar profundamente a estrutura econômica, social e política do país. Todos os parâmetros da economia são funcionais à guerra. Mussolini afirmou isso nos seus discursos: conseguir o máximo de autonomia econômica no tempo de paz para preparar “a suprema necessidade da guerra”. Assim, o próprio lucro tem o seu valor em relação à potência. Não pela produção ou a riqueza em si, mas para a reorganização militar total da sociedade e também como um modo para atribuir um papel (na burocracia estatal, militar e política) à sua base social. A pequena burguesia encontra na direção do partido, dos sindicatos, das instituições do corporativismo, das organizações de massa do fascismo uma via para ser classe dirigente como no período da guerra. É exatamente a autarquia e a preparação da guerra que tornam possível a hipertrofia das funções políticas, satisfazendo a pequena burguesia, o mundo militar, a velha aristocracia rural e todas as estratificações improdutivas e parasitárias essenciais para o seu bloco de poder (cf. *idem*, p. 568).

O irracionalismo filosófico, o mito, a organização das milícias paramilitares e a tradição da guerra trazida no terreno da luta social, tornam-se os temas fundamentais de uma “nova ideologia anti-ideológica com uma fisionomia própria e uma forte aspiração autoritária”. A concepção da política no fascismo se exprime na mística da ação, na potência sem limites da vontade criadora e da violência, que obviamente não pode ser travada pelas velhas instituições democráticas.

O partido se afirmou graças às formas hierárquicas da organização militar, mas foi através do mito do Estado novo fascista que o regime conseguiu, com liturgias e rituais pagãos, construir uma milícia civil a serviço da religião nacional, intolerante e integralista. Quando surgiu, muitos subestimaram o fascismo considerando-o um movimento folclórico de malucos e desadaptados, sem nenhuma possibilidade de afirmação política, fazendo ironia sobre a postura irracional e mitológica dele, todavia, foi um grandíssimo erro subestimar o valor dessa chave política e sua capacidade de mobilizar e disciplinar a base de consenso por meio da simplificação extrema da mensagem política.

Nesse sentido, podemos concluir, o fascismo é o produto das contradições objetivas e subjetivas das sociedades liberais em crise, mas também um desenvolvimento político e cultural não alheio à brutal civilização europeia que submeteu e escravizou os chamados “povos primitivos”. Não reconhecer esses elos orgânicos recusando-se a historicizar e enquadrar filosoficamente premissas e causas racionais (enquanto reais) desse fenômeno leva, inevitavelmente, à utilização das categorias anti-históricas da teratologia, que pretendem representar a realidade como resultado inexplicável da loucura, da monstruosidade e da deformidade.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **La banalità del male. Eichman a Gerusalemme**, Feltrinelli, Milano 2017.

BERLIN, Isaiah. **Libertà** (a cura di Henry Hardy). Milano, Feltrinelli, 2005.

CIGARI, Salvatore. **Dietro l'autonarrazione. Benedetto Croce fra Stato liberale e Stato democratico**. Milano, Mimesis, 2019.

CROCE, Benedetto. **Scritti e discorsi politici**. Bari, Laterza, 1963.

FIORI, Giuseppe. “Prefacio”. In QUERCIOLI, M. P.; FIORI, G. (orgs.), **Gramsci vivo nelle testimonianze dei suoi contemporanei**. Milano, Feltrinelli, 1977, p. VII-XVI.

FROSINI, Fabio. **La “storia d’Europa” di Benedetto Croce e il fascismo**. Milano, Unicopli, 2019.

GAGLIARDI, Alessandro. “Di fronte al fascismo. Gramsci e il dibattito nel movimento comunista internazionale”. In CAPUOZZO, P.; PONS, S. (org). **Gramsci nel movimento comunista internazionale**. Roma, Carocci, 2019.

GARIN, Eugenio. **Con Gramsci**. Roma, Editori Riuniti, 1997.

GENTILE, Emilio. **La via italiana al totalitarismo. Il partito e lo Stato nel regime fascista**. Roma, Carocci, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**, Einaudi, Torino, 1975.

LOSURDO, Domenico. **Dal liberalismo al comunismo critico**. Roma, Gamberetti editrice, 1997.

LOSURDO, Domenico. **Controistoria del liberalismo**. Roma-Bari, Edizioni Laterza, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. **Textos escolhidos**. I. Loureiro (Org), vol. II (1914-1919). São Paulo, Unesp Editora, 2011.

MEINECKE, Friedrich. **La catastrofe della Germania: considerazioni e ricordi**. Firenze, La Nuova Italia, 1948.

MILL, John Stuart. **Da liberdade individual e econômica**. Alphaville-Barueri, Faro editorial, 2019.

MUSTÈ, Marcello. “Le note su Croce e la genesi del Quaderno 10, Di fronte alla crisi e al consolidamento del fascismo (giugno 1924-novembre 1925). In FRANCONI, G.; GIASI, F. (org.), **Un nuovo Gramsci**, Viella, Roma, 2020.

NOLTE, Ernst. **I tre volti del fascismo**. Milano, Mondadori, 1971.

PRESTIPINO, Giuseppe. “Dall’idealismo italiano ai modelli gramsciani”. In GIACOMINI, R.; LOSURDO, D; MARTELLI, M. (a cura di). **Gramsci e l’Italia**. La città del sole, Napoli, 1994.

RAPONE, Leonardo. “Di fronte alla crisi e al consolidamento del fascismo (giugno 1924-novembre 1925)”. In FRANCONI, G.; GIASI, F. **Un nuovo Gramsci**. Roma, Viella, 2020.

SPRIANO, Paolo. **Storia del Partito Comunista Italiano**, v. 2: Gli anni della clandestinità, Turim, Einaudi, 1969.

TASCA, Angelo. **Nascita e avvento del fascismo**. Bari, Laterza, 1972.

Recebido em 03 de agosto de 2021

Aceito em 03 de agosto de 2021

Editado em novembro de 2021